

O tema do STF de número 1003 trata sobre a Discussão relativa à constitucionalidade do art 3º do Código Penal para aqueles que importam medicamento sem registro sanitário

O tema do STF de número 1003 afirma que É inconstitucional a aplicação do preceito secundário do art 3º do Código Penal com redação dada pela Lei nº 11.108/2005, que altera a pena de prisão de 2 a 4 anos e multa à hipótese prevista no seu § 1º que versa sobre importar vender expor à venda ter em depósito para vender ou de qualquer forma distribuir ou entregar produto sem registro no órgão de vigilância sanitária Para estas situações específicas fica reprimido o preceito secundário do art 3º na sua redação originária de prisão de 2 a 4 anos e multa